



INTERVENÇÕES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NA ARTICULAÇÃO DE SERVIÇOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: REVISÃO INTEGRATIVA

Interventions of the Unified Health System in the articulation of primary care services:
integrative review

RESUMO

Objetivo: Analisar as intervenções do Sistema Único de Saúde (SUS) na articulação dos serviços da Atenção Primária à Saúde (APS), avaliando seu impacto na assistência integral e equitativa. **Método:** Foi realizada uma revisão de literatura nas bases de dados LILACS, BDNF e MEDLINE. A pesquisa utilizou os descritores "Assistência Integral à Saúde", "Equidade" e "Sistema Único de Saúde", combinados pelo operador booleano "AND". Foram incluídos artigos publicados em português nos últimos cinco anos, resultando em 15 publicações selecionadas após a triagem de 4.841 documentos iniciais. **Resultados:** Os achados indicam que a APS desempenha um papel crucial na promoção da saúde e na garantia da integralidade do cuidado, destacando a importância de profissionais qualificados e de uma abordagem multissetorial. Além disso, o uso eficiente dos Sistemas de Informação em Saúde (SIS) foi identificado como um fator essencial para fortalecer a gestão dos serviços para todos cidadãos. **Conclusão:** O estudo aponta que as intervenções do SUS na APS promovem equidade e aprimoram o atendimento à população, ressaltando a relevância da qualificação profissional e da gestão eficiente para o fortalecimento da saúde pública no Brasil. Essas intervenções são fundamentais para garantir acesso a cuidados de qualidade para todos os cidadãos na sociedade brasileira.

Beatriz Neves Guedes

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste
<https://orcid.org/0009-0001-7191-5641>

Ana Beatriz Silva Costa

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande
<https://orcid.org/0009-0002-3138-0846>

Ana Júlia Brasileiro de Almeida

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas
<https://orcid.org/0009-0003-6741-796X>

Ana Karoline dos Santos Mello

Graduanda em Terapia Ocupacional pela Universidade Estadual de Ciências da Natureza de Alagoas
<https://orcid.org/0009-0007-5591-719X>

Caroline Moreira Dargas

Graduanda em Medicina pela Universidad privada del Este
<https://orcid.org/0009-0008-6347-2570>

Kariny Emanuele Silva Rocha

Graduanda em Terapia Ocupacional pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas
<https://orcid.org/0009-0002-5184-1929>

Maria do Carmo de Jesus Gomes

Graduanda de Enfermagem pela Faculdade de Ciências Médicas de Maricá
<https://orcid.org/0009-0007-4127-6272>

Maria Jayane de Oliveira Silva Calheiros

Graduanda em Medicina pela Universidad privada del Este
<https://orcid.org/0009-0002-3709-4728>

Rebeka da Silva Melo

Graduanda de Terapia Ocupacional pela Universidade de Ciências da Saúde de Alagoas
<https://orcid.org/0009-0004-9942-300X>

Emina Camille Silva Barbosa

Graduada em Enfermagem pela Faculdade Adventista da Bahia
<https://orcid.org/0009-0003-0454-1031>

PALAVRAS-CHAVES: Assistência Integral à Saúde; Equidade; Sistema Único de Saúde.

**ABSTRACT**

Autor correspondente:*Beatriz Neves Guedes**beatriznevesguedes@gmail.com

Recebido em: [22/02/2025]

Publicado em: [25/02/2025]

Objective: To analyze the interventions of the Unified Health System (SUS) in the articulation of Primary Health Care (PHC) services, evaluating their impact on comprehensive and equitable care. **Method:** A literature review was carried out in the LILACS, BDNF and MEDLINE databases. The research used the descriptors "Integral Health Care", "Equity" and "Unified Health System", combined by the Boolean operator "AND". Articles published in Portuguese in the last five years were included, resulting in 15 publications selected after screening 4,841 initial documents. **Results:** The findings indicate that PHC plays a crucial role in promoting health and ensuring comprehensive care, highlighting the importance of qualified professionals and a multisectoral approach. Furthermore, the efficient use of Health Information Systems (SIS) was identified as an essential factor in strengthening the management of services for all citizens. **Conclusion:** The study points out that SUS interventions in PHC promote equity and improve care for the population, highlighting the relevance of professional qualification and efficient management for strengthening public health in Brazil. These interventions are essential to guarantee access to quality care for all citizens in Brazilian society.

KEYWORDS: Unified Health System;
Comprehensive Health Care; Equity.



INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) é o sistema público de saúde do Brasil, fundamentado nos princípios da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 8.080/1990. Reconhecido como um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, o SUS tem como princípios a universalidade, a integralidade e a equidade, assegurando o acesso gratuito à saúde para toda a população brasileira (Albuquerque; Moreira, 2024). Nos últimos anos, o Brasil tem intensificado os processos de avaliação e monitoramento da Atenção Primária à Saúde (APS), com o objetivo de aprimorar o desempenho e a eficiência dos serviços prestados. Nesse contexto, iniciativas governamentais como a Pactuação Interfederativa de Indicadores (SISPACTO) e o Programa Nacional de Avaliação do Acesso e da Qualidade (PMAQ) têm desempenhado um papel fundamental na qualificação das práticas de saúde e na otimização dos processos de trabalho na APS (Araújo *et al.*, 2024).

A incorporação das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) ao SUS, por meio da Política Nacional das Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) de 2006, representou um avanço significativo para a saúde pública brasileira. Essas abordagens, que incluem a Homeopatia e a Medicina Tradicional Chinesa, ampliam as possibilidades terapêuticas e promovem uma visão mais holística do cuidado à saúde (Silva *et al.*, 2024). No entanto, a implementação dessas práticas ainda enfrenta desafios, especialmente no âmbito das Unidades Básicas de Saúde (UBS), por haver resistência de determinados profissionais de saúde, seja pela falta de conhecimento sobre PICS ou por questões políticas e institucionais. Nesse cenário, a Educação Permanente em Saúde (EPS) tem um papel estratégico ao promover espaços de aprendizagem e reflexão crítica, incentivando a organização coletiva e o desenvolvimento de estratégias participativas para transformar a realidade da APS (Cruz *et al.*, 2024).

A integração dos serviços de saúde na APS também depende da eficiência dos Sistemas de Informação em Saúde (SIS), que auxiliam na gestão de dados, no monitoramento dos pacientes e na tomada de decisões baseadas em evidências. Ferramentas como o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB) e o e-SUS AB são essenciais para o aprimoramento da gestão e a qualificação do cuidado. Além destes, sistemas como o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) e Sistema de Vigilância



Alimentar e Nutricional (SISVAN) garantem o monitorização de diferentes aspectos da saúde da população em nível local, regional, estadual e nacional. Esses sistemas possibilitam a construção de indicadores de saúde essenciais para o planejamento e a formulação de políticas públicas mais eficazes (Araújo *et al.*, 2024).

Apesar da relevância dos SIS, os desafios relacionados à alimentação e controle das bases de dados ainda persistem, dificultando sua utilização plena por gestores e profissionais de saúde. O e-SUS AB, desenvolvido pelo Ministério da Saúde, foi concebido como uma estratégia para reestruturar e garantir a integração de informações de diferentes sistemas, com o intuito de promover maior integração entre os dados. Essa unificação tem o potencial de otimizar os processos de trabalho das equipes de saúde, reduzir redundâncias nos registros de informações e aprimorar a qualidade da assistência prestada à população. No entanto, a efetiva implementação desse sistema ainda requer investimentos em capacitação profissional e melhorias na infraestrutura tecnológica para assegurar sua plena funcionalidade e acessibilidade (Araújo *et al.*, 2024).

Este estudo tem como objetivo realizar uma revisão integrativa sobre as intervenções do SUS na articulação dos serviços da APS. Para isso, serão analisadas estratégias e políticas públicas, como o e-SUS AB, as PICS e a EPS, enfatizando seu impacto na qualificação do atendimento, na ampliação do acesso e no fortalecimento da APS como eixo estruturante do sistema de saúde.

MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, uma metodologia que possibilita a síntese de conhecimentos e a incorporação de resultados relevantes de pesquisas, proporcionando uma análise aprofundada sobre o tema em questão. O objetivo principal foi realizar um levantamento bibliográfico acerca das intervenções do SUS na integração de serviços de saúde na Atenção Primária, com foco nas principais estratégias adotadas e seus impactos.

A revisão foi estruturada conforme as cinco etapas sugeridas por Crossetti (2012): 1) formulação da questão de pesquisa; 2) busca na literatura; 3) seleção dos estudos relevantes; 4) análise crítica dos trabalhos selecionados; 5) síntese e apresentação dos resultados. A pergunta



orientadora deste estudo foi: Quais intervenções o Sistema Único de Saúde realiza para integrar os serviços de saúde na Atenção Primária?

A busca na literatura foi realizada em bases de dados reconhecidas, como Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados em Enfermagem (BDENF) e MEDLINE, escolhidas pela sua relevância em estudos sobre saúde pública e enfermagem. Os descritores utilizados foram extraídos do vocabulário DeCS (Descritores em Ciências da Saúde), especificamente: “Assistência Integral à Saúde”, “Equidade” e “Sistema Único de Saúde”. A combinação dos termos seguiu o operador booleano “AND”, resultando nos seguintes cruzamentos: “Sistema Único de Saúde” AND “Assistência Integral à Saúde”; “Sistema Único de Saúde” AND “Equidade”; “Assistência Integral à Saúde” AND “Equidade”; “Sistema Único de Saúde” AND “Assistência Integral à Saúde” AND “Equidade”.

Os critérios de inclusão foram definidos como: artigos originais, relatos de experiência e revisões da literatura; publicações em português disponíveis online; estudos publicados nos últimos cinco anos, assegurando a atualidade das informações; e disponibilidade do texto completo. Por outro lado, os critérios de exclusão abrangeram: trabalhos duplicados entre as bases; estudos que não abordassem diretamente as intervenções do SUS na integração da Atenção Primária; e artigos incompletos ou sem acesso integral ao conteúdo.

Após a aplicação desses critérios, a busca inicial resultou em 4.841 estudos. Desses, 3.841 foram excluídos após uma triagem inicial (com eliminação de duplicatas e verificação da aderência ao tema), restando 1.000 artigos para leitura completa. A seleção final foi realizada por meio de uma análise crítica do título, resumo e conteúdo integral dos artigos, resultando na inclusão de 15 estudos considerados mais relevantes para a discussão proposta.

A análise dos artigos selecionados adotou uma abordagem qualitativa, enfatizando a identificação de padrões, lacunas e impactos das intervenções do SUS na Atenção Primária. As informações extraídas foram organizadas em categorias temáticas, permitindo uma síntese dos achados e a apresentação de reflexões sobre as estratégias de integração dos serviços. Como se trata de uma revisão da literatura, este estudo não envolveu seres humanos ou animais, isentando-se assim da necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

RESULTADOS



A presente revisão integrativa analisou as intervenções do SUS na articulação dos serviços da Atenção Primária à Saúde (APS), identificando diferentes estratégias implementadas para fortalecer a integração dos serviços e os desafios enfrentados nesse processo.

Os estudos analisados destacam que a educação inter profissional é um mecanismo essencial para a articulação dos serviços na APS. Conforme evidenciado por Silva *et al.* (2024), a inserção de práticas colaborativas no currículo da residência multiprofissional contribui para a qualificação profissional e consolidação do trabalho em equipe, promovendo a integralidade dos serviços.

Além disso, os achados apontam que as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) vêm sendo cada vez mais incorporadas na APS, ampliando as possibilidades terapêuticas e o acesso a abordagens diferenciadas no cuidado em saúde. No entanto, desafios relacionados à aceitação dessas práticas no contexto institucional e à necessidade de maior capacitação profissional ainda persistem (Silva *et al.*, 2024; Ferreira *et al.*, 2024).

Outro aspecto relevante identificado foi a importância da participação social e da educação popular em saúde na articulação dos serviços. De acordo com Silva *et al.* (2024), essas estratégias fortalecem a relação entre usuários e profissionais, promovendo um atendimento mais equitativo e acessível. A Educação Popular em Saúde (EPS), por sua vez, mobiliza indivíduos para a construção de práticas de saúde mais inclusivas e eficazes (Cruz *et al.*, 2024; Brito *et al.*, 2024).

Os estudos também evidenciaram o impacto positivo dos programas e projetos do PROADI-SUS na qualificação dos serviços e inovação das práticas assistenciais. Segundo Soeiro *et al.* (2024), essas iniciativas fortalecem a gestão e melhoram a efetividade das ações desenvolvidas na APS.

A integração dos Sistemas de Informação em Saúde (SIS) foi identificada como um fator crucial para otimizar a gestão dos serviços e garantir um atendimento coordenado. Ferramentas como o e-SUS AB e outros sistemas de monitoramento da saúde populacional são fundamentais para a qualificação do cuidado Araújo *et al.*, (2024). No entanto, desafios relacionados à alimentação e controle das bases de dados ainda limitam a plena utilização dessas ferramentas por gestores e profissionais de saúde.

Por fim, a revisão apontou que, apesar dos avanços, os desafios persistem no que se refere à consolidação das políticas públicas e à efetivação de estratégias voltadas à integração



do cuidado na APS. O fortalecimento da formação profissional, da participação social e do uso eficiente dos sistemas de informação são medidas essenciais para aprimorar a articulação dos serviços e garantir uma excelente assistência.

Tabela 1 Fluxograma.

Critérios	Resultados
Números de artigos identificados	4.841
Número de artigos excluídos	3.841
Número de artigos em texto completo para avaliação	1.000
Número de artigos incluídos	15
Descritores	Sistema Único de Saúde; Assistência Integral à Saúde; Equidade.
Filtros	Texto completo; LILACS; BDENF - Enfermagem; MEDLINE; Português; Últimos 5 anos.

Fonte: Elaborados pelas autoras, 2025.

DISCUSSÃO

Educação em saúde no contexto da atenção primária

A educação permanente em saúde é um elemento primordial para a geração de profissionais competentes e qualificados na área da saúde (Santos *et al*, 2024), através da qual, o sistema educacional oferece uma formação direcionada para as necessidades da população e para as diretrizes do sistema de saúde público. (Gomes *et al*, 2024).

Tal formação, destinada aos profissionais da área da saúde, funciona como uma estratégia político-pedagógica visando atingir a integralidade de atenção, por meio de práticas que incorporem o trabalho em equipe, gestão integrativa, pensamento crítico e outras mudanças nos processos de ensino aprendizagem, as quais estão incluídas no processo de educação permanente em saúde. Dessa forma, a formação e atuação dos profissionais pode alcançar os princípios básicos e os objetivos estratégicos estabelecidos pelo SUS. Quando aplicada à APS, a educação permanente em saúde é uma ferramenta importante para estabelecer um espaço onde



os indivíduos estão envolvidos de forma ativa nos cuidados em saúde, com o objetivo de desenvolver uma ação integral (Santos *et al*, 2024; Medeiros *et al*, 2024).

Semelhante às estas práticas de educação em saúde, e também direcionada para a melhor formação de profissionais, destaca-se a relevância de programas e projetos desenvolvidos no âmbito do PROADI-SUS, como por exemplo as experiências que o Hospital sirio libanes vem desenvolvendo, as quais associam a formação de profissionais a projetos de intervenções, em parceria com o Ministério da Saúde e participação de demais conselhos. Essas experiências estão relacionadas a projetos de gestão de programas de residência, assim como também da preceptoria no sistema único de saúde. O objetivo desses projetos é promover uma melhor qualificação e formação dos profissionais na área da saúde, assim como também, obter avanços e melhorias no campo educacional (Gomes *et al*, 2024; Santos *et al*, 2024).

O papel da APS no contexto sociocultural

O papel da APS, caracteriza-se por um conjunto de ações com o objetivo de desenvolver atenção integral à saúde da população. Em virtude disso, a população feminina é uma das principais usuárias do sistema único de saúde (Busatto *et al*, 2024), e a APS é geralmente um dos primeiros serviços de saúde recorridos. Por este motivo, o SUS é essencial para prestar cuidados a atenção à saúde da mulher, de forma integral, não somente no contexto saúde-doença mas também no cenário social, como por exemplo situações que envolvem violência física ou emocional. (Machado *et al*, 2025).

A violência foi consolidada como uma questão de saúde pública na década de 1990, pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (Gonçalves, 2024) e atualmente, muitas mulheres que vivenciam situações de violência por parceiros íntimos recorrem aos serviços de APS apresentando certo quadro clínico, porém, na maioria das vezes, os profissionais da área não associam essas ocorrências a uma situação de violência, o que evidencia o despreparo em considerar os diferentes fatores que podem estar influenciando este quadro. Isso pode ser explicado por diversos motivos, como por exemplo a falta de abordagem sobre este tema na formação de profissionais (Machado *et al*, 2025).

Diante deste cenário, e tendo em vista que a APS tem como um de seus objetivos oferecer atenção integral à saúde da população, é necessário dar mais atenção ao âmbito sociocultural, que influencia no processo saúde-doença, já que a violência contra mulher é um problema que



no momento ultrapassa a capacidade resolutiva do setor de saúde (Machado *et al*, 2025). Ademais, é preciso incluir a promoção de práticas de intersetorialidade como estratégia de ação, assim como também incluir a abordagem de temas que vão além somente do cenário saúde-doença, abrangendo a esfera sociocultural e da socioeducação, na formação dos profissionais. A aplicação dessas práticas, por meio da educação em saúde, é fundamental, já que esta é uma metodologia destinada à qualificação, organização e aperfeiçoamento das ações dos profissionais desta área (Santos *et al*, 2024; Federhen *et al*, 2024).

Além destas situações de violência, e também inserido dentro do contexto sociocultural, temas como saúde mental necessitam de uma melhor integração nos serviços de saúde, já que segundo Franco *et al*. (2024), o grande predomínio de transtornos mentais demanda uma integração de todos os níveis de assistência, e uma das principais limitações é a falta de coordenação entre os serviços de atenção primária e os serviços especializados. Portanto, se evidencia novamente o requerimento de práticas que promovam intersetorialidade e integralidade dos serviços, tendo em mente que este é justamente um dos principais papéis da APS, promover atenção integral (Franco *et al*, 2024; Federhen *et al*, 2024).

Práticas Integrativas e Complementares em Saúde

A revisão demonstrou um crescimento na utilização das PICS no contexto da APS, de acordo com o “Relatório de Monitoramento Nacional das Práticas Integrativas e Complementares à saúde”, 90% dos estabelecimentos de saúde ofertam as PICS. No entanto, apesar desse crescimento, a implementação dessas práticas ainda enfrenta vários desafios, como limitações na oferta do serviço, preferências pelo modelo médico convencional, falta de educação permanente e apoio da gestão dentro das Unidades de Saúde (Ferreira *et al*, 2024).

Segundo Silva *et al*. (2024), um dos principais obstáculos para a inserção das PICS é a falta de reconhecimento da sua importância por parte de profissionais convencionais e gestores das unidades de saúde, assim desvalorizando os profissionais que atuam na área, além de gerar conflitos entre as equipes, o que compromete a qualidade do serviço prestado.

Entre os profissionais de saúde, o enfermeiro é o principal atuante na realização das PICS dentro da Equipe da Saúde da Família (ESF), sendo estes os mais prejudicados devido à falta de apoio na realização das práticas integrativas, o que resulta em sobrecarga devido às responsabilidades e desvalorização (Ferreira *et al*, 2024).



A equipe de enfermagem integra mais de 50% dos profissionais no SUS, por representar um dos pilares fundamentais para o funcionamento dos sistemas de saúde e a qualidade do serviço prestado (Silva *et al*, 2024; Busatto *et al*, 2024). Estudos têm demonstrado que a valorização dos profissionais no ambiente de trabalho, associada a relações interprofissionais colaborativas, é essencial para a qualidade e efetividade da assistência em saúde (Ferreira *et al*, 2024).

Ferreira *et al*. (2024), em seu estudo, identificou resultados divergentes, onde demonstrou que a implementação das PICS contribuiu significativamente para a melhoria da qualidade do trabalho e o fortalecimento dos vínculos interprofissionais. Além disso, a adoção dessas práticas favoreceu uma abordagem mais cuidadosa e holística por parte dos profissionais, trazendo benefícios aos usuários.

A partir dessas percepções, se identifica a necessidade de promover ações voltadas à sensibilização de gestores e profissionais da saúde convencionais, sobre a importância das PICS, além de investir na oferta de formação qualificada dos profissionais (Cruz *et al*, 2024). Com a ampliação do conhecimento sobre os benefícios das PICS e sua devida valorização, os desafios para sua inserção poderão ser superados, promovendo avanços na qualidade da assistência e melhorias na saúde da população (Silva *et al*, 2024; Ferreira *et al*, 2024).

Além das PICS, é necessário enfatizar as diversas práticas, como por exemplo as práticas corporais e atividades físicas (PCAF) que exercem relevância para a saúde individual e coletiva, assim como também, são benéficas no âmbito social e econômico. No SUS, a institucionalização das PCAF como política de saúde ocorreu no início dos anos 2000 e desde então tem contribuído para a promoção da saúde pública, assim como também melhores hábitos de estilo de vida. Apesar dessas políticas colaborarem para a integração de equipes multiprofissionais, a inserção de profissionais de educação física no sistema de saúde brasileiro enfrenta certas adversidades, como por exemplo problemas em sua estrutura organizacional, financiamento e persistência de iniquidades em alguns grupos populacionais, o que dificulta o desenvolvimento e progresso dessas práticas no SUS (Vieira *et al*, 2024; Cruz *et al*, 2024).

Integração dos Sistemas na Atenção Primária à Saúde

A APS é essencial para estruturar os serviços do SUS, onde é considerada porta de entrada preferencial da rede de serviços de acesso universal do SUS. O estabelecimento de padrões de acesso e qualidade na APS é fundamental para promover a integralidade e a



equidade na assistência. Nesse sentido, os indicadores de saúde desempenham um papel crucial na avaliação e monitoramento dos serviços, contribuindo para a qualificação do sistema (Araújo *et al.*, 2024; Santos *et al.*, 2024).

De acordo com Araújo *et al.* (2024) a integração eficaz dos sistemas de saúde é fundamental para a qualidade e eficácia do acompanhamento, mostrando redução da incidência de câncer do colo do útero em torno de 80% quando o rastreamento citológico é realizado de forma adequada. Esse impacto depende de um acompanhamento oportuno das mulheres e de uma comunicação eficiente entre os serviços, assegurando um cuidado contínuo e coordenado em toda a rede de saúde. Diante desse contexto, percebe-se a importância na garantia de práticas que promovam universalidade do acesso e integralidade da assistência à saúde da mulher, como estratégia de melhoria da qualidade dos serviços de saúde (Busatto *et al.*, 2024).

Da mesma forma, a atenção primária desempenha um papel essencial na assistência pré-natal, uma vez que cerca de 90% das gestantes realizam seu acompanhamento nesse nível de atenção. No entanto, muitas gestantes não realizam as seis consultas mínimas recomendadas pelo Ministério da Saúde, além de falhas no atendimento profissional e descontinuidade no acompanhamento. Esses desafios reforçam a importância da integração dos serviços de saúde para garantir uma assistência equitativa e de qualidade (Araújo *et al.*, 2024).

Nesse contexto, Albuquerque *et al.* (2024) em seu estudo sugeriu a inserção do *Programa Malote das Especialidades* como uma alternativa para a integração dos serviços entre a Atenção Básica e Atenção Especializada, assim visando um aumento na oferta de assistência especializada em regiões de difícil acesso, focado em descentralizar e promover maior equidade, fortalecendo o cuidado a populações vulneráveis, melhorando a resolutividade dos serviços.

Educação Popular em Saúde

Os estudos enfatizam que a Educação Popular em Saúde é uma estratégia fundamental para o fortalecimento da saúde coletiva e transformação social. Ao integrar saberes científicos e populares, essa abordagem se mostra promissora para enfrentar os desafios da APS (Cruz *et al.* 2024). Nesse sentido, Brito *et al.* (2024) demonstra que tanto os profissionais de saúde quanto a população estão abertos à reformulação dos serviços de saúde, promovendo um olhar mais humanizado e articulado.



As propostas elencadas pela pesquisa de Cruz *et al.* (2024) reforçam a importância da Educação Popular em Saúde (EPS), entre as estratégias apontadas, destaca-se a mobilização de estratégias de diálogo para aproximar os protagonistas mais jovens das ações em saúde. Essa abordagem é essencial para estimular a participação ativa da juventude, garantindo que suas perspectivas e necessidades sejam incorporadas ao planejamento e execução das políticas de saúde. Nesse sentido, a Educação Popular em Saúde mobiliza indivíduos a desenvolverem uma visão crítica, participativa e transformadora, tornando-os protagonistas na construção de práticas de saúde mais inclusivas e eficazes.

Além disso, a pesquisa ressalta a ampliação das estratégias de cuidado com a saúde mental e emocional, um aspecto fundamental para o bem-estar integral da população. Por fim, a pesquisa enfatiza a valorização e contribuição das práticas populares, evidenciando a necessidade de incorporar os saberes tradicionais ao sistema de saúde. Essa integração permite que as comunidades participem ativamente do cuidado, fortalecendo sua autonomia e promovendo um olhar mais humanizado para a atenção em saúde. Essas propostas reforçam o papel da EPS na construção de um sistema de saúde mais inclusivo, democrático e eficaz, onde o diálogo, o acolhimento e a diversidade de saberes são reconhecidos como elementos fundamentais para a promoção da saúde coletiva (Cruz *et al.*, 2024; Brito *et al.*, 2024).

CONCLUSÃO

Ao analisar os dados propostos pela literatura, pôde-se perceber que o SUS realiza ações para conectar e coordenar os diferentes serviços de saúde oferecidos na Atenção Primária à Saúde (APS). Nesse contexto, foi evidenciado que a educação em saúde no contexto da APS fornece ainda uma formação direcionada para as necessidades da população e para as diretrizes deste sistema público para garantir a atenção integral do indivíduo. Além disso, é destacado a crescente utilização das PICS na APS, com a maioria dos estabelecimentos de saúde oferecendo-as. No entanto, a implementação enfrenta desafios significativos, incluindo a falta de reconhecimento por parte de profissionais convencionais, gestores e a desvalorização profissional.

Observa-se nos pontos expostos que apesar dos desafios, há uma necessidade de sensibilizar gestores e profissionais da saúde sobre a importância das PICS e investir na formação qualificada dos profissionais. Uma via favorável para expandir o conhecimento e a



valorização das PICS seria a realização de pesquisas adicionais que investiguem seu potencial para superar desafios e impulsionar melhorias na assistência à saúde da população.

Além das PICS, práticas corporais e atividades físicas (PCAF) são relevantes para a saúde individual e coletiva, impactando positivamente aspectos sociais e econômicos. A institucionalização das PCAF no SUS contribui para a promoção da saúde pública, mas sua efetivação enfrenta obstáculos como problemas estruturais, financiamento e desigualdades.

AGRADECIMENTOS E FINANCIAMENTO

Agradecemos, primeiramente, a Deus, cuja graça, sabedoria e força nos sustentaram ao longo de toda a jornada desta revisão integrativa, permitindo-nos superar desafios e concluir este trabalho com dedicação. Manifestamos nossa profunda gratidão às nossas instituições acadêmicas, que nos proporcionaram um ambiente estimulante para o crescimento intelectual e científico, bem como acesso a recursos essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos nossos familiares e amigos, estendemos nosso reconhecimento pelo apoio incondicional, paciência e incentivo, que foram fundamentais para nossa motivação e resiliência ao longo do processo. Por fim, expressamos nossa sincera gratidão à nossa orientadora, por sua dedicação, competência e valiosas contribuições, que enriqueceram nossa pesquisa com seu conhecimento e orientação criteriosa, permitindo-nos aprimorar nossa abordagem e aprofundar nossa compreensão do tema.

REFERÊNCIAS

BUSATTO, L. S. *et al.* Atenção à saúde da mulher na atenção primária: percepções sobre as práticas de enfermagem. **Enfer Foco.**, 2024.

CROSSETTI, M. G. Revisão integrativa de pesquisa na enfermagem o rigor científico que lhe é exigido. **Rev Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre (RS), v. 33, n. 2, p. 8-9, jun, 2012.

FEDERHEN, C. *et al.* Caminhos e intermediações entre serviços do Sistema de Saúde e da Socioeducação. **Ciência & Saúde Coletiva.**, v. 6, 2024.

FRANCO, R. S. *et al.* Vivência de grupo de apoio em saúde mental na atenção primária: um relato de experiência. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade.**, v. 46, 2024.

GOMES, R. *et al.* Intervenções estimuladoras de mudança em cenários de educação na saúde. **Ciência & Saúde Coletiva.**, v.6, 2024.



GONÇALVES, L.; OLIVEIRA, A. P.; ALMEIDA, R. A importância da Atenção Primária à Saúde na prevenção e redução das violências. **APS (Online)**, Juiz de Fora., 2024.

SANTOS, B. S. *et al.* Fatores associados à invisibilidade pública das práticas integrativas e complementares na atenção primária. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 2371-2382, 2023.

SANTOS, G. S. *et al.* Avaliação da qualidade do sono e sua relação com a capacidade funcional em idosos. **Revista Saúde.**, v. 11, n. 3, p. 269-274, 2020.

SANTOS, M. S. *et al.* Educação permanente em saúde no contexto da atenção primária: revisão de literatura. **Cuid. Enferm.**, v. 18, n. 1, p. 129-139, jan.-jun. 2024.

SILVA, A. P. *et al.* A Percepção da Educação Interprofissional no Currículo da Residência Multiprofissional em Atenção Primária à Saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 143, 2024.

SILVA, A. O. *et al.* Estratégias de atendimento a situações de violência contra a mulher na Atenção Primária à Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 26, n. 12, p. 4787-4796, 2021.

SILVA, C. R. *et al.* Perfil dos usuários de plantas medicinais em Atenção Primária à Saúde. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro., v. 14, n. 41, 2019.

SILVA, L. C. *et al.* Educação Popular em Saúde no Brasil: uma revisão narrativa (2019-2022). **Ciência & Saúde Coletiva.**, v. 29, n. 6, 2024.

SILVA, L. C. *et al.* Oferta, trabalho e educação permanente em Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro., v. 48, n. 143, 2024.

SOEIRO, E. *et al.* Percepção de participantes sobre o efeito de intervenções no âmbito do PROADI-SUS. **Ciência & Saúde Coletiva.**, v. 29, n. 6, 2024.

VIEIRA, L. A. *et al.* Equidade na promoção das práticas corporais e atividades físicas no SUS: reflexões a partir do serviço de orientação ao exercício. **Revista Pensar a Prática.**, v. 27, 2024.